

Fundação em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Presidente do Conselho

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MAURO GUIMARAES — Diretor

MARCOS SÁ CORREA — Editor

FLÁVIO ANHEIRO — Editor Executivo

Cartoual

Missões Irrecusáveis

A longa tormenta em que se transformou a discussão de questões essenciais na Constituinte não chegou ainda ao fim, mas boa parte da poeira tende a baixar com a definição do sistema de governo e os cinco anos de mandato presidencial, pelo menos em tese. A sensação da sociedade brasileira é muito clara: vencida essa etapa, onde evidentemente foi vitorioso, o presidente José Sarney não tem mais nenhum argumento para evitar o jogo da verdade econômica, indispensável à garantia do final da transição democrática.

É de economia que se trata. Não mais estamos no meio de uma esgrima onde o governo se descosturava e desagregava internamente com a permanente válvula de escape da desculpa de que o PMDB exercia pressões, ou suas lideranças tentavam influir na partilha do poder questionando a legitimidade do próprio sistema de governo, à espera das decisões da Constituinte.

Conquanto incompleto, o cenário de reinstitucionalização do país permite hoje que o governo atue, e a sociedade cobra essa atuação imediata, pronta, porque não há mais tempo para continuar patinando e tergiversando sobre o que é essencial. Essencial, hoje, é o controle da inflação, é o controle dos gastos públicos, é a definição dos campos e áreas de atuação das empresas estatais, é um amplo programa de privatização, é recompor o relacionamento com os credores estrangeiros, é voltar a investir em atividades produtivas, com a poupança nacional e a estrangeira, é controlar o endividamento interno que somente será possível através do controle do déficit.

Como atuar em todas essas frentes sem perder o rumo? Primeiro, o governo tem que abandonar a propensão para a demagogia que marcou os passos da administração desde o começo. Embarcamos na aventura do congelamento de preços e salários e no desmantelamento do sistema financeiro somente para colhermos, agora, os frutos da inflação reprimida, marchando a passos largos para a recessão.

Não há como embarcar novamente no congelamento e nas aventuras dos choques heterodoxos, nem há motivos para repetir o recurso ao populismo, que nos empurrou para a moratória na dívida. O que está retirando o Brasil do atoleiro, hoje, é o retorno dos investimentos, graças a planos de conversão de dívida externa em capital fixo e à lenta recuperação da confiança dos investidores nacionais e estrangeiros na medida em que o país outra vez se reinsere na economia internacional.

O tratamento da inflação deve começar a partir dos gastos públicos, que o governo até agora ainda não atacou, apesar de todos os esforços e alertas dos ministros da Fazenda e do Planejamento. Medido pelos índices da Fipe, o custo de vida voltou a subir atingindo 14,6% em São Paulo. A expectativa é de um índice próximo dos 16% neste mês de março. Apesar de todo o *know-how* brasileiro para conviver com o que em nações civilizadas seria hiperinflação, não podemos correr a tentação de conviver com essas taxas, pois seu potencial explosivo é imenso na medida em que toda a economia vai se indexando.

Se, antes da definição do sistema de governo, o presidente se sentia sem força nem respaldo político

para atuar nas raízes da inflação, hoje o quadro é substancialmente diferente. Não há mais desculpas para encarar de frente a hipertrofia da máquina estatal. É preciso desmascarar o jogo de mentiras que transforma empresas inchadas e ineficientes em simples vítimas de tarifas defasadas e congelamentos passados, enquanto suas administrações repassam para a sociedade seus custos crescentes.

Impor um tabelamento de preços e salários a esta altura sem atacar, antes, os focos geradores do déficit será preparar uma bomba de efeito retardado pior ainda que os anteriores, pois agora já não temos reservas para consumir, e a sociedade aprendeu a se defender através de todos os mecanismos financeiros e da própria indexação dos salários. Qualquer onda de consumerismo histérico como a que foi deflagrada pelo cruzado irá comprometer tragicamente a balança comercial, devolvendo o país a um clima de insegurança externa comprometedor para o lento processo de ajuste que o ministro da Fazenda vem conduzindo com os bancos credores.

O governo tem que atuar simultaneamente em mais de uma frente para conseguir resultados. A principal receita é não usar da mentira e da trapaça. Não há, apenas a título de exemplo, como reduzir os juros e tirar a economia do *overnights* não reduzir a pressão do setor público para tomar empréstimos e continuar inchando a montanha da dívida interna. Querer dar um golpe nos poupadores para reduzir o déficit público significa transferir poupança para o Estado ineficiente, à custa da sociedade. Significa desestimular ainda mais o investimento produtivo e voltar à estaca zero quando se esperam avanços através do jogo da verdade.

O Brasil precisa voltar a pensar grande em todas as frentes, recuperando o tempo perdido pelos economistas que nos amesquinham e nos propuseram estratégias amedrontadas diante do mundo, e particularmente do comércio exterior. Há espaços para o país aumentar as exportações e as importações, passando da acanhada relação atual do comércio exterior sobre o Produto Interno Bruto — na verdade, uma das mais tímidas posições até mesmo dentro da América Latina — para níveis comparáveis aos de outros países europeus e asiáticos.

O que se espera da administração, agora, é sobretudo uma linha de coerência que seja capaz de reduzir a inflação através do combate às suas causas fundamentais. O que temos, hoje, é uma economia onde os mais pobres estão sendo penalizados e empurrados com velocidade para a economia informal, pois as empresas não conseguem recompor suas margens de lucros com a mesma velocidade com que crescem as folhas de pagamento. A única maneira de melhorar a distribuição da renda no país é aumentando investimentos e gerando novos empregos no setor produtivo. Esta receita não passa pela demagogia nem pelos engessamentos. Qualquer estratégia só terá credibilidade se atacar simultaneamente todos os pontos críticos, a começar pela ineficiência do Estado. Dando o exemplo, o governo poderá obter respostas rápidas da sociedade, abrindo o caminho para a baixa das taxas de juros, a reorientação da poupança e o retorno do país a um ritmo sustentado de desenvolvimento.